

PRÁTICA DE CORREÇÃO MONETÁRIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA A TOMADA DE DECISÃO EM EMPRESAS CATARINENSES

RESUMO

Com enfoque no uso da informação contábil para a gestão organizacional, o estudo objetiva analisar se características como porte, segmento de mercado e local onde a contabilidade é elaborada interferem na decisão de corrigir monetariamente as demonstrações financeiras, bem como, identificar quais demonstrações são utilizadas com maior intensidade. Pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa foi aplicada em uma amostra composta por 55 empresas catarinenses. Os resultados mostram que para a maioria dos entrevistados ($\geq 75\%$) as informações geradas pela contabilidade financeira são úteis à gestão, que o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado são as demonstrações financeiras mais utilizadas, porém, com variações em razão do porte. Em relação à correção monetária das demonstrações financeiras, 34,5% dos entrevistados declararam efetuar-la para fins gerenciais, no entanto, ao investigar a relação entre a prática de realização de correção monetária e o porte, segmento de mercado e contabilidade (interna ou externa), somente esta última se mostrou significativa, indicando que, quando as informações são geradas internamente, é maior a propensão de emprego dessa prática.

Palavras-chave: Correção monetária. Demonstrações financeiras. Informação contábil.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade financeira pode ser compreendida por meio de seu objetivo, que é o de gerar informações sobre o desempenho e mudanças na posição financeira e patrimonial de uma entidade. Tais informações devem ser úteis aos atuais e potenciais interessados, sendo estes, geralmente, investidores, financiadores de recursos e credores. Adicionalmente, pesquisadores e entidades reguladoras, agregam como função da contabilidade financeira sua capacidade de gerar informações sobre a atuação dos administradores em relação ao gerenciamento dos recursos que lhes foram confiados (CPC, 2011; IASB, 2010; IUDÍCIBUS ET AL., 2010; LAGE; WEFFORT, 2009).

As informações destinadas a mensurar o desempenho financeiro são demandadas com a finalidade de avaliar a necessidade ou não de se promover mudanças na composição dos recursos econômicos controlados pela organização (Lage e Weffort, 2009; IASB, 2010). Já as informações sobre as mutações financeiras prestam-se a evidenciar as atividades de investimento, financiamento e as operações da entidade, em um determinado período (LAGE e WEFFORT, 2009; IASB, 2010).

Porém, de acordo com Fernandes et al. (2004), Salotti et al. (2006), Takamatsu e Lamounier (2006), Iudícibus et al. (2010) as informações oriundas da contabilidade financeira podem gerar problemas de comunicação e reduzir sua utilidade, quando são desconsideradas as distorções provocadas pela inflação, fato que merece atenção por parte dos usuários de tais informações. Ocorre que, de acordo com as normas internacionais de contabilidade e a legislação brasileira, a adoção de mecanismos que minimizem os efeitos inflacionários, nas demonstrações financeiras destinadas aos usuários externos não é permitida, não havendo restrições quanto a sua utilização para produzir informações destinadas aos usuários internos.

Embora o Brasil, atualmente, registre uma inflação anual relativamente baixa, se comparada aos níveis relatados entre os anos de 1987 e 1994, ainda assim, ela é expressiva, principalmente em análises cujo horizonte temporal é maior, logo, mesmo que para a geração de informação para os usuários externos a atualização monetária das demonstrações financeiras não seja possível, acredita-se que, os usuários internos cientes de sua importância, o façam.

No entanto, condições específicas de cada empresa podem interferir nas práticas contábeis financeiras ou gerenciais. Nesta perspectiva, se tais práticas são implementadas em desacordo com o contexto no qual as empresas estão inseridas, podem ser descontinuadas ou não exercerem o propósito para o qual foram concebidas (Donaldson, 1999; Chenhall, 2003; Molinari e Guerreiro, 2004; Guerreiro, Pereira e Rezende, 2006; Pereira, Sá e Jorge, 2010). No contexto do presente estudo, o desafio é identificar fatores organizacionais que interferem na adoção da correção monetária para fins de tomada de decisão interna. Em fase do exposto, o estudo busca responder à seguinte questão problema: na geração de informação para os usuários internos, quais fatores interferem na decisão de corrigir monetariamente as demonstrações financeiras e quais dessas demonstrações são utilizadas com maior intensidade?

Dessa forma, a pesquisa objetiva investigar se o porte, segmento de mercado e local onde a contabilidade é elaborada interferem na decisão de corrigir monetariamente as demonstrações financeiras, bem como, identificar quais destas demonstrações são utilizadas com maior intensidade.

De acordo com Iudícibus, Martins e Carvalho (2005) a preocupação dos pesquisadores e acadêmicos em desenvolver modelos contábeis compensatórios para reduzir o impacto que a inflação causa na informação gerada pela contabilidade, advém de longa data, com estudos datados do início do século passado. No entanto, conforme observado por Andrade, Sagantini e Silva (2011) a maioria das pesquisas enfoca a correção monetária das informações contábeis destinadas aos usuários externos. O presente estudo procura contribuir com a literatura sobre o tema ao focar, como objeto de investigação, os usuários internos.

2 ESTUDOS ANTERIORES

Dentre os estudos que objetivaram avaliar as consequências de não considerar os efeitos da inflação nas demonstrações contábeis, têm-se o de Fernandes et al. (2004) e Salotti et al. (2006), o primeiro estudo utilizou de simulação para expor o problema e o segundo, em um recorte longitudinal de 1996 a 2002, analisou as distorções provocadas pela inflação nos diversos setores econômicos. Ambos os estudos apontaram a ocorrência de consequências negativas para a qualidade da informação contábil, quando elaborada sem o ajuste da correção monetária.

O estudo de Takamatsü e Lamounier (2006, p. 86) apresentou mecanismos e discutiu a importância da atualização monetária dos valores, nas demonstrações contábeis, para fins de análise. Os autores em suas conclusões relatam que “a atualização monetária nas demonstrações financeiras, independente do número índice adotado, garante aos analistas uma maior confiabilidade em suas análises, além de ajudar na tomada de decisão interna à própria empresa”.

Mais recentemente, Melo et al. (2011) investigaram o efeito do não reconhecimento da inflação nas contas do ativo imobilizado, patrimônio líquido, resultado do exercício e no ROE – *Return on Equity*, em um grupo de empresas do setor

de energia elétrica, no período de 1996 a 2009, os autores demonstraram, por meio de testes estatísticos, que os valores históricos e nominais são significativamente diferentes dos corrigidos.

Andrade, Sagantini e Silva (2011, p. 34) realizaram uma pesquisa bibliométrica cujo objetivo foi “identificar e descrever o perfil dos artigos sobre teoria dos ajustamentos contábeis do lucro” os autores localizaram 36 artigos publicados em revistas Qualis B1 a B4, no período de 1991 a 2010. De acordo com as análises, todos os artigos defendiam a ideia de que as informações contábeis relatadas somente pelo custo histórico não revelam a posição verdadeira da empresa e ao analisarem os principais resultados obtidos, em todas as pesquisas, comentam que “ficou evidente que a maioria das pesquisas indica que a interpretação das demonstrações financeiras, desconsiderando os efeitos inflacionários, pode causar problemas de comunicação que implicarão uma redução na utilidade das demonstrações” (ANDRADE; SEGANTINI; SILVA, 2011, P. 42)

3 A INFLAÇÃO NO BRASIL

Para Rossetti (2003, p. 227), “a inflação pode ser genericamente caracterizada pela contínua, persistente e generalizada expansão do preço de todos os bens e serviços disponíveis em uma economia, o que acarreta uma depreciação do valor da moeda (ou a redução do poder aquisitivo da moeda)”. O autor relata que a inflação pode caracterizar-se como uma inflação rastejante, ou seja, “caracteriza-se por uma leve, e quase imperceptível expansão geral dos preços” ou por uma inflação galopante, também chamada de hiperinflação, que se caracteriza “por uma violenta expansão do nível geral dos preços” (ROSSETTI, 2003, P. 228).

Em relação ao tratamento aplicado às demonstrações financeiras, em países com economias inflacionárias, o *International Accounting Standards Committee* (IASB) emitiu a IAS 29 – Reporte Financeiro em Economias Hiperinflacionárias. De acordo com a IAS 29, uma economia é considerada como Hiperinflacionária quando certas características qualitativas e quantitativas estiverem presentes. Uma das características necessárias para sua adoção é que a inflação acumulada, em três anos consecutivos, seja igual ou superior a 100%. No entanto, no Brasil, tal norma ainda não foi regulamentada (IASB, 2009; MELO ET AL. 2011).

Em uma perspectiva histórica, o Brasil registrou (ou ainda registra) os dois tipos de inflação descritos por Rossetti (2003): inflação galopante e inflação rastejante, tal afirmação pode ser observada na Figura 1 que ilustra os níveis inflacionários do país, medidos pelo Índice Geral de Preços (IGP), no período de 1962 até 2010.

Com base na Figura 1, observa-se que no período entre 1987 e 1994, o País registrou elevados índices de inflação. No ano de 1987 ocorreu a menor taxa do período – 416%, e, no ano de 1993, a maior – 2.709%, em geral, nos demais períodos, ilustrados na Figura 1, pode-se inferir que o país teve uma inflação rastejante.

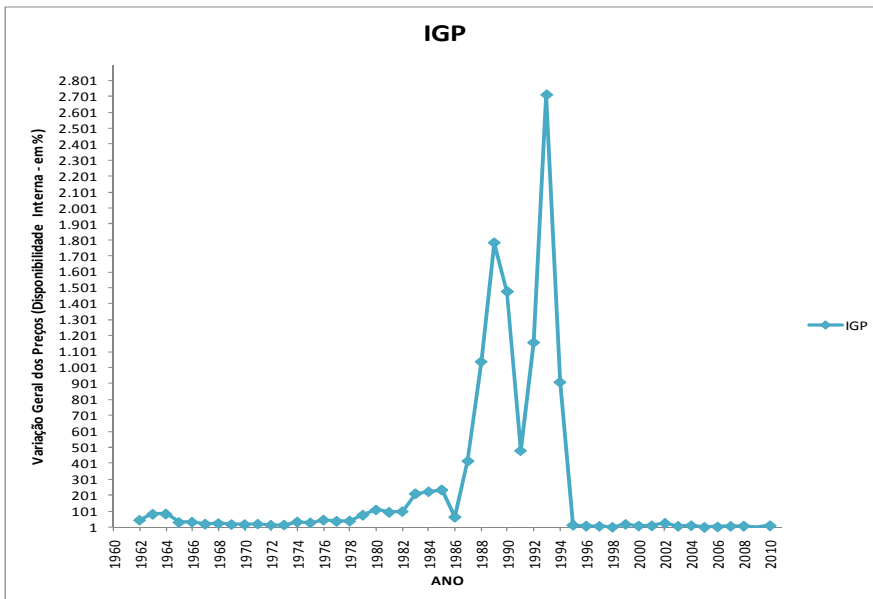


Figura 1: Variação Geral dos Preços – IGP
 Fonte: Adaptado de Fundação Getulio Vargas (2011)

A partir de 1995, embora as taxas de inflação anual tenham sido significativamente inferiores as registradas nos anos imediatamente anteriores, seu impacto acumulado, ao longo dos anos, torna-as representativas. A Figura 2 ilustra a inflação acumulada, em dois períodos distintos, um entre 1994 e 2011 e outro entre 2001 e 2010.

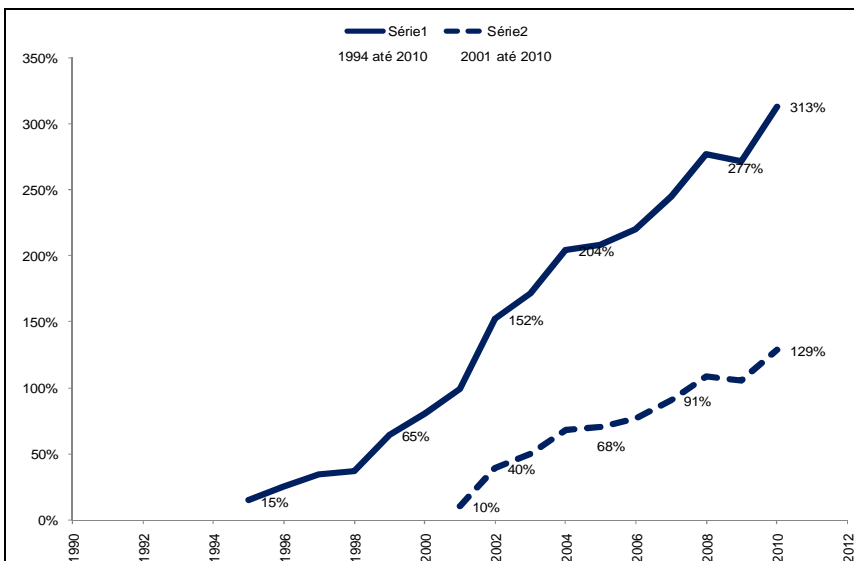


Figura 2: Inflação Acumulada nos períodos de 1994 até 2010 e 2001 até 2010
 Fonte: Adaptado de Fundação Getulio Vargas (2011)

Conforme ilustrado nas Figuras 1 e 2 nota-se que, embora o Brasil tenha conseguido adquirir, ao longo dos anos, uma maior estabilidade em relação à variação geral dos preços, o seu impacto cumulativo é significativo: 313% em um período de 18 anos e 129% nos últimos dez anos, porém, inferior a 100% em um período de três anos, que é um dos quesitos necessários para a aplicação da IAS 29.

3.1 Desenvolvimento das hipóteses de pesquisa

Mesmo que o país apresente indícios de controle da inflação, ela não está completamente extinta e seus efeitos continuam a influenciar as demonstrações financeiras, pois, a perda do poder aquisitivo da moeda afeta os valores relatados pela contabilidade e prejudica a comparabilidade temporal de seus relatórios.

Para Iudícibus (2009, p. 230) a questão da variação de preços é complexa, pois:

Esta realidade se exterioriza, a par de outras manifestações e eventos, por meio de contínuas flutuações de preços de bens e serviços, devidas, de um lado, a causas puramente monetárias e, de outro, a fatores estruturais, tais como mudanças nos gostos dos consumidores, na tecnologia, nas escalas de oferta e procura dos bens e serviços, em uma economia de concorrência imperfeita.

Diante do exposto, entende-se a que a contabilidade financeira é elaborada a partir de atributos que primam pela compreensibilidade, utilidade da informação, relevância, confiabilidade e comparabilidade, porém, fatores inflacionários podem comprometer seus atributos, com maior ou menor intensidade, dependendo das taxas inflacionárias do setor econômico em que as empresas estão inseridas.

Embora a correção monetária das demonstrações financeiras destinadas aos usuários externos não seja permitida, conforme observado por Takamatsü e Lamounier (2006), quando tais demonstrações são elaboradas para os usuários internos, a adoção de mecanismos de atualização monetária ajudam no processo de tomada de decisão.

No entanto, o sistema de informações contábil adotado por uma empresa deve ser observado a partir de uma abordagem contingencial, uma vez que, características ambientais podem afetar o tipo de informação requerida e o nível de detalhamento da informação contábil necessária para apoiar a gestão da organização (GORDON; MULLER, 1976; DONALDSON, 1999; CHENHALL, 2003).

Por outro lado, Gerdin (2005), pautado nos estudos de Bruns e Waterhouse (1975), Bjornenak (1997) e Merchant (1981 e 1984), relata que mecanismos formais de controle, tais como os sistemas contábeis podem não ser necessários para o controle de empresas de pequeno e médio porte, em razão da centralização das decisões.

Considerando-se que, acadêmicos e pesquisadores da área são unânimes em afirmar que a ausência de correção monetária nas demonstrações contábeis prejudica a qualidade da informação por ela gerada (Andrade, Sagantini e Silva, 2011), que fatores contingências interferem no tipo e no nível de detalhamento da informação necessária ao processo de tomada de decisão (Gordon e Muller, 1976; Donaldson, 1999; Chenhall, 2003) que a adoção de mecanismos de atualização monetária contribui com o processo de tomada de decisão dos usuários internos (Takamatsü e Lamounier, 2006) e ainda que, com base na teoria contingencia, pressupõe-se que características como porte, segmento de mercado e local onde a contabilidade é elaborada (internamente; por contador externo; ou, mista – parte na empresa e parte por contador externo) influenciam na adoção de mecanismos de ajustes da inflação nas demonstrações financeiras, formula-se as seguintes hipóteses de pesquisa:

H1 – A prática de correção monetária das demonstrações financeiras, para uso no processo decisório interno, depende do porte da empresa;

H2 – A prática de correção monetária das demonstrações financeiras, para uso no processo decisório interno, depende do segmento de mercado da empresa;

H3 – A prática de correção monetária das demonstrações financeiras, para uso no processo decisório interno, depende do local onde a contabilidade é realizada (interno, externo ou misto).

Na sequência são descritos os procedimentos metodológicos adotados para a seleção da amostra de pesquisa, inferência das hipóteses e análise dos resultados.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para Rudio (1993, p.9), “a fim de merecer o qualitativo de científica, a pesquisa deve ser feita de modo sistematizado, utilizando, para isto, método próprio e técnicas específicas e procurando um conhecimento que se refira à realidade empírica”. Realidade empírica para o autor é “tudo que existe e pode ser conhecido através da experiência”.

A busca das respostas à questão-problema ocorreu por meio de pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa e teve como universo as empresas sediadas no Estado de Santa Catarina. Para a análise dos resultados empregou-se estatística descritiva e testes de hipóteses não paramétricos, os cálculos foram operacionalizados com auxílio do *software* SPSS (v.13).

A coleta dos dados junto às empresas catarinenses deu-se por meio de envio de questionário, por e-mail. O questionário, cujo pré-teste foi aplicado a um grupo de alunos da pós-graduação e profissionais da área contábil, continha perguntas relacionadas às características da organização: porte, segmento de mercado e informações quanto à elaboração da contabilidade na empresa ou por contador externo, perguntas relacionadas ao tipo de relatório contábil utilizado no processo de tomada de decisão; percepção quanto à utilidade da informação contábil para os usuários internos; prática de ajustes contábeis para os efeitos da inflação.

O questionário possibilitava ser respondido de duas formas distintas, a critério dos entrevistados, a saber: i) por meio do Google Docs, aplicativo livre que permite a elaboração e posterior compilação das respostas de forma a garantir o anonimato dos respondentes que acessam o questionário por meio de um link enviado no corpo do e-mail de apresentação e convite para participação na pesquisa; ii) pelo envio do questionário, em formato Word, juntamente como o e-mail convite. Adotou-se esse procedimento em razão de que poderia haver possíveis respondentes que não concordariam em acessar o *link* que continha o questionário virtual.

A amostra inicial, caracterizada como intencional, foi obtida por meio da aquisição de um banco de dados, via assinatura do Guia da Indústria de Santa Catarina, catálogo elaborado pelo Centro das Indústrias do Estado de Santa Catarina (CIESC), entidade que atua de forma articulada com a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC).

A base de dados do catálogo Guia da Indústria SC continha o endereço de 5.918 e-mails de empresas catarinenses. Os e-mail, postado em novembro de 2011, foram enviados com auxílio do *software* GroupMail 5 que, dentre suas funcionalidades, posta de forma individual, cada e-mail constante na mala direta evitando seu bloqueio por sistemas Antispam. Apesar dos procedimentos adotados para garantir que o questionário chegasse ao seu destino e que fosse respondido, o retorno foi baixo, composto por 55 questionários (0,93% da população), e constitui-se como a amostra final do estudo.

Os dados extraídos dos questionários foram categorizados, codificados, transferidos para planilha no *software* Excel e, posteriormente, sofreram análise

estatística com auxílio do *software* SPSS versão 13.0. Empregou-se o teste de Kolmogorov-Smirnov com objetivo de verificar se a distribuição das variáveis de estudo provinha de uma população com distribuição normal. Os resultados apresentaram níveis de significância inferiores a 0,05, inferindo-se que os dados não estão normalmente distribuídos.

Para atender ao objetivo de identificar quais demonstrações financeiras são utilizadas com maior intensidade, procedeu-se breve análise descritiva das variáveis e aplicou-se técnica de correlação bivariada de Spearman. O coeficiente de correlação de Spearman ($-1 \leq \rho_s \leq 1$) é uma medida de associação não-paramétrica entre duas variáveis pelo menos ordinais (MAROCO, 2003).

Já para testar as hipóteses de pesquisa e atender ao objetivo de investigar se o porte, segmento de mercado e local onde a contabilidade é elaborada interferem na decisão de corrigir monetariamente as demonstrações financeiras, primeiramente procedeu-se o cruzamento das variáveis e posteriormente aplicou-se o teste de independência do Qui-quadrado, teste não paramétrico que permite averiguar se duas variáveis estão relacionadas. De acordo com Maroco (2003, p. 90), esse teste só pode ser aplicado com rigor quando “se verificar todas as condições seguintes: (1) $N > 20$; (2) todos os E_{ij} sejam superiores a 1 e (3) que pelos menos 80% dos E_{ij} sejam superiores ou igual a 5”. Quanto essa condição não é atendida, uma alternativa descrita por Maroco (2003) é aplicar o Teste do Qui-quadrado por Simulação de Monte Carlo, procedimento adotado na presente análise.

Como limitação do estudo destaca-se o baixo número de respondentes ao questionário e a possibilidade das respostas obtidas não representar um retrato fiel das práticas adotadas pela empresa.

5 SANTA CATARINA: CONTEXTUALIZAÇÃO

Santa Catarina, embora seja o sétimo menor território brasileiro, se destaca no cenário nacional em diversos aspectos socioeconômicos. Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no *ranking* nacional de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Santa Catarina classifica-se em primeiro no IDH/Longevidade, segundo lugar no IDH/Educação, segundo lugar no IDH geral e o quinto lugar no IDH/Renda (PNUD, 2003).

Em relação ao tamanho da população, segundo dados do censo de 2009, Santa Catarina tem 6 milhões e 66 mil habitantes. A distribuição da população é de, aproximadamente, 83% urbana e 27% rural (IBGE, 2009).

Quanto ao desenvolvimento industrial do Estado, conforme Cunha (1993), no período de 1960 a 1980, a exceção de São Paulo, Santa Catarina foi o Estado que melhor soube explorar o estímulo à industrialização no país, mesmo sem ter recebido investimento estatal ou internacional para a realização de projetos industriais significativos. Como resultado, no período entre 1963 e 1980, o Estado tornou-se industrializado e diversificado, o sistema produtivo e a própria distribuição da população, no território estadual, está organizada de forma equilibrada, não havendo grandes metrópoles, mas sim cidades pequenas e médias que se agrupam em pólos industriais regionais (FIESC, 2010; IBGE, 2010).

Outra característica da indústria catarinense é o número de unidades locais, com mais de 30 pessoas ocupadas. Na Figura 3, é possível visualizar que o Estado, nesse quesito, posiciona-se como quarto maior detentor de empresas desse porte.

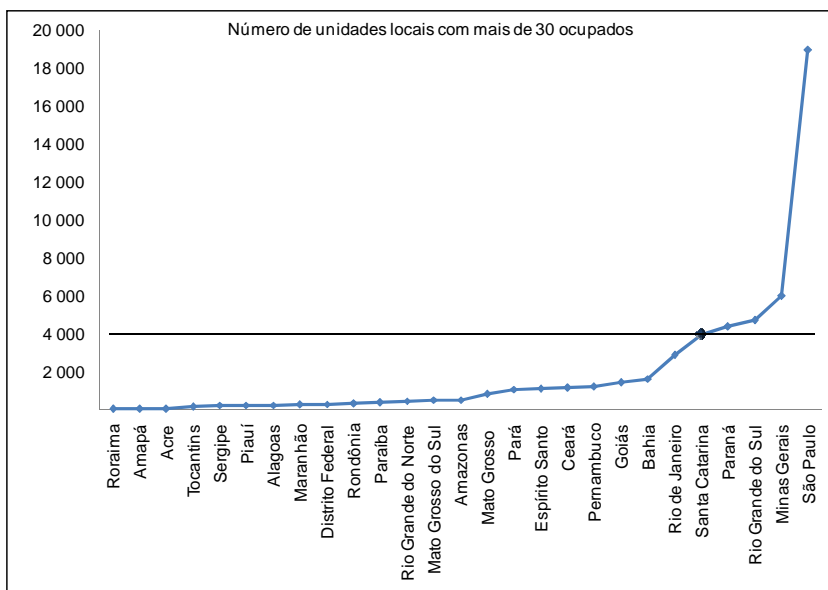


Figura 3: Número de unidades locais com mais de 30 ocupados, por unidade da federação, ano base 2008

Fonte: Adaptado de IBGE (2010)

A indústria catarinense, segundo dados da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (2010), está distribuída em seis pólos industriais: i) sul: cerâmico, carvão, vestuário e descartáveis plásticos; ii) oeste: alimentar e móveis; iii) vale do Itajaí: têxtil, vestuário e cristal; iv) norte: metalurgia, máquinas e equipamentos, material elétrico, autopeças; v) planalto: base florestal; vi) capital: tecnológico. Por fim, outro indicador positivo do estado é a taxa de sobrevivência das empresas catarinenses, que segundo o SEBRAE (2009), é de 82,7%, a maior do país.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Inicialmente, caracterizam-se os respondentes da pesquisa. Na Figura 4 tem-se a distribuição dos respondentes quanto o porte e segmento de mercado. A segmentação do porte, para o estudo, foi a mesma adotada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES, 2012).

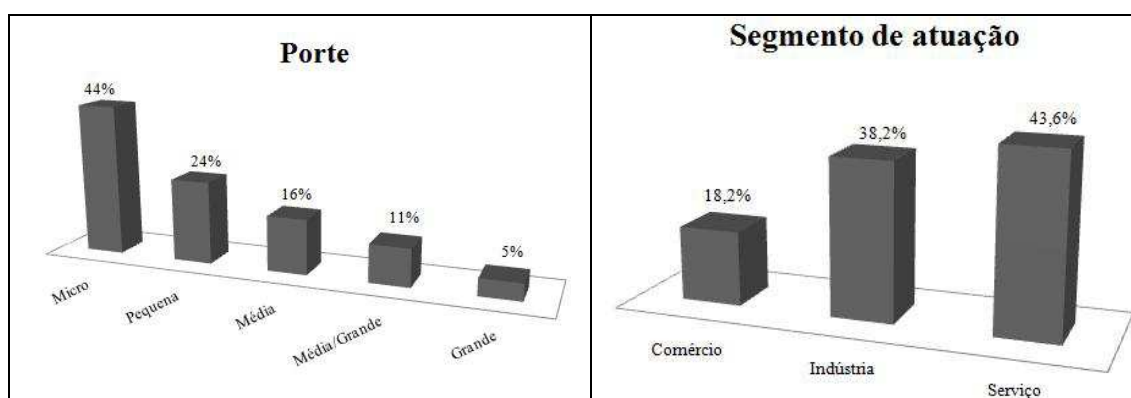


Figura 4: Caracterização da amostra em relação ao porte e segmento de atuação

Fonte: dados da pesquisa

No que tange ao porte, similarmente a população das empresas nacionais, o número de empresas da amostra é decrescente em relação ao porte, ou seja, quanto maior o porte, menor a proporção de empresas na amostra. Em relação ao segmento de atuação, o setor industrial e comercial contém uma quantidade similar de empresas, enquanto que o comércio é representado por 18,2% da amostra.

A caracterização da amostra, quanto ao número de funcionários e contabilidade (elaborada internamente, por contador externo ou de forma mista) estão ilustrados na Figura 5.

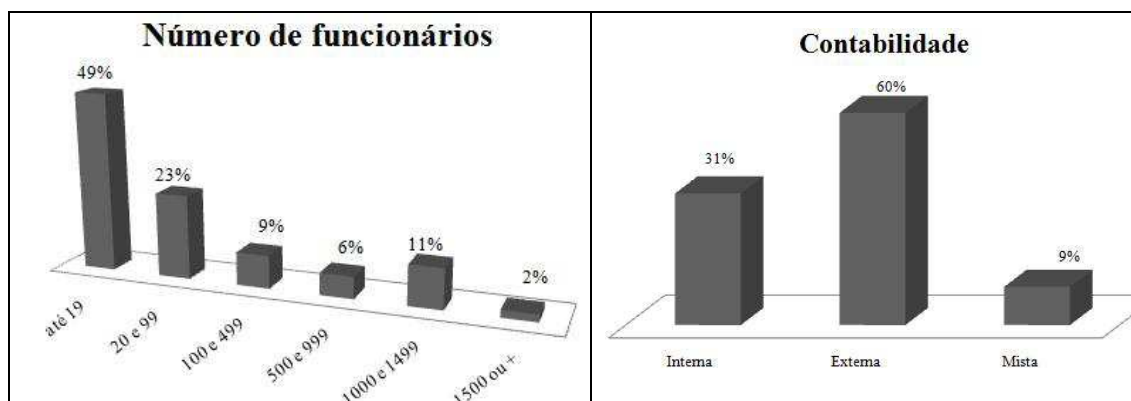


Figura 5: Caracterização da amostra em relação ao número de funcionários e contabilidade

Fonte: dados da pesquisa

A maior parte da amostra (72%) é composta por empresas com até 99 funcionários, 15% possui entre 100 e 999 funcionários e 13% dos respondentes declararam que a empresa possui mais de mil funcionários.

Quanto à contabilidade, de acordo com os respondentes, em 31% da amostra a contabilidade é realizada integralmente na empresa, sendo que para 60% ela é realizada por contador externo e 9% dos entrevistados declararam que o processo de elaboração da contabilidade é misto, ou seja, parte realizado na empresa e parte realizado por contador externo.

Questionados se, do ponto de vista dos gestores (usuários internos), a contabilidade é útil, em uma escala *likert* entre 1 (discordo totalmente) e 5 (concordo totalmente), 5,5% dos entrevistados declararam discordaram totalmente, 10,9% responderam serem indiferentes, 29,1% concordaram e 54,5% concordaram totalmente. Na Tabela 1 são apresentadas as escalas de resposta cruzada entre a percepção da utilidade da informação contábil para o gestor e o porte, contabilidade e segmento de mercado.

Tabela 1: Percepção da utilidade da informação contábil versus porte, contabilidade e segmento de mercado – em percentual

Escala	Segmento			Contabilidade			Porte				
	SER	COM	IND	IN	EX	MS	MI	PQ	ME	MG	GR
1	12,5	0,0	0,0	5,9	6,1	0,0	8,3	0,0	0,0	16,7	0,0
2	0,0	10,0	4,8	5,9	3,0	0,0	4,3	0,0	11,1	0,0	0,0
3	12,5	10,0	4,8	5,9	12,1	0,0	8,3	23,0	0,0	0,0	0,0
Subtotal	25,0	20,0	9,6	17,7	21,2	0,0	20,9	23,0	11,1	16,7	0,0
4	16,7	20,0	19,0	17,6	15,2	40,0	8,3	46,2	22,2	0,0	0,0
5	58,3	60,0	71,4	64,7	63,6	60,0	70,8	30,8	66,7	83,3	100
Subtotal	75,0	80,0	90,4	82,3	78,8	100,0	79,1	77,0	88,9	83,3	100,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Legenda: SER – Serviço; COM – Comércio; IND – Indústria; IN – Contabilidade interna; EX – Contador externo; MS – contabilidade mista (interna e externa); MI – Microempresa; PQ – Pequena empresa; ME – Média empresa; MG – Média/Grande empresa; GR – Grande empresa.

Fonte: dados da pesquisa

Ao cruzar as taxas de respostas, em cada uma das variáveis com a escala *likert*, observa-se que a menor taxa de concordância em relação à utilidade da informação contábil para o usuário interno foi de 75% (respondentes pertencentes ao setor de

serviços). Aplicando-se o teste de correção de Spearman obteve-se um nível de significância bicaudal de 0,153 para o segmento de mercado; 0,736 para a contabilidade; 0,438 para o porte, todos maiores que 5%, o que evidencia a não ocorrência de correlação estatisticamente significativa entre a percepção de utilidade da informação contábil para os usuários internos e as variáveis segmento de mercado, contabilidade e porte das empresas analisadas.

Um dos objetivos do estudo é o de conhecer quais demonstrações financeiras são utilizadas pelos respondentes. Conforme ilustrado na Figura 6, 5% dos entrevistados declararam não utilizá-las e, no oposto, 11% declararam utilizar todas as demonstrações financeiras questionadas, a saber: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração do Resultado (DR), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração do Valor Adicionado (DVA). As demais empresas declararam utilizar um conjunto variado de relatórios, a proporção do seu uso está ilustrada na Figura 6.

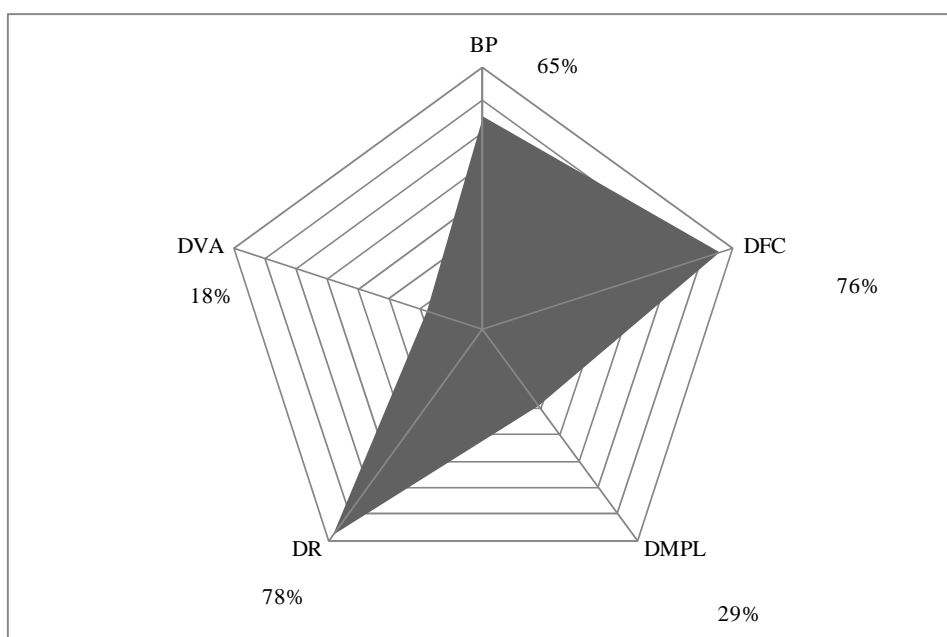


Figura 6: utilização das demonstrações financeiras

Fonte: dados da pesquisa

A demonstração financeira com maior taxa de utilização declarada foi a DR (78%), precedida pela DFC (76%) e o BP (65%), em um oposto, a demonstração com menor taxa de utilização declarada foi a DVA (18%). No entanto, em relação à DFC, dada a quantidade expressiva de micro e pequenas empresas na amostra, é possível que tenha ocorrido confusão de nomenclatura deste relatório contábil com o Controle de Fluxo do Caixa utilizado para gerenciamento dos fluxos periódicos de pagamento e recebimentos das empresas.

Para investigar a existência de correlação entre as características das empresas (porte, segmento de mercado, contabilidade) e as demonstrações contábeis (BP, DFC, DR, DVA e DMPL), efetuou-se teste de correlação de Spearman, os resultados estão descritos na Tabela 2.

Tabela 2: Correlação entre características e demonstrações contábeis

Variável		Porte	Seg. de merc.	Contabilidade
BP	Correlação de Pearson	0,344*	0,126	-0,188
	Sig. (bi-caudal)	0,010	0,361	0,168
DFC	Correlação de Pearson	0,084	0,014	-0,057
	Sig. (bi-caudal)	0,542	0,920	0,677
DR	Correlação de Pearson	0,190	0,066	-0,025
	Sig. (bi-caudal)	0,165	0,634	0,858
DVA	Correlação de Pearson	0,111	-0,024	-0,099
	Sig. (bi-caudal)	0,418	0,863	0,472
DMPL	Correlação de Pearson	0,333*	-0,006	-0,249
	Sig. (bi-caudal)	0,013	0,967	0,066
N		55	55	55

**Correlação ao nível de significância de 1%

* Correlação ao nível de significância de 5%

A correlação de Pearson entre Porte e Balanço Patrimonial (BP) é estatisticamente significativa ($0,010 < 0,05$) e positiva, o que indica que o porte (micro, pequena, média, média/grande e grande) da empresa correlaciona-se com o uso do BP, ou seja, quanto maior o porte da empresa, maior a utilização do BP.

A correlação de Pearson entre Porte e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) é estatisticamente significativa ($0,013 < 0,05$) e positiva, isto significa que existe uma correlação entre o porte da empresa e o uso da DMPL, ou seja, quanto maior o porte, maior a utilização da DMPL.

Já a correlação de Pearson entre as demais variáveis, não foi estatisticamente significativas, indicando que, para a amostra, o local onde a contabilidade é realizada e o segmento de mercado das empresas (indústria, comércio e serviço) não se relacionam com o uso das demonstrações financeiras para a tomada de decisão.

6.1 Impacto da inflação nos relatórios financeiros

A pesquisa estabeleceu três hipóteses destinadas a investigar a existência de relação entre a prática de correção monetária nas demonstrações financeiras e as variáveis: porte, segmento de mercado e contabilidade.

Para a análise das hipóteses de pesquisa aplicou-se o teste de independência do Qui-quadrado. As informações relacionadas às frequências observadas e esperadas, em valores absolutos e relativos, por linha e por coluna, assim como os resultados sumarizados do teste Qui-quadrado, realizado por Simulação de Monte Carlo, para a hipótese H1 estão descritos na Tabela 3. Dentre os entrevistados, 34,5% declararam fazerem ajustes contábeis para os efeitos da inflação. Ao segregar as respostas por porte, as empresas classificadas como média/grande foram as que apresentaram maior taxa de confirmação (66,7%), precedidas das empresas de grande porte com 55,6% de afirmações positivas. Já as empresas de médio porte tiveram 33,3%, e as pequenas e micro empresas 15,4% e 29,2% respectivamente.

Tabela 3: Porte versus Correção Monetária

		Micro	Pequena	Média	Média Grande	Grande	Total	
Não	Contagem	17	11	4	2	2	36	
	Contagem Esperada	15,7	8,5	5,9	3,9	2,0	36,0	
	% para CM	47,2%	30,6%	11,1%	5,6%	5,6%	100,0%	
	% para Seg. Mer.	70,8%	84,6%	44,4%	33,3%	66,7%	65,5%	
	% do Total	30,9%	20,0%	7,3%	3,6%	3,6%	65,5%	
Ajuste efeito inflação	Residual	1,3	2,5	-1,9	-1,9	,0	-	
	Sim	Contagem	7	2	5	4	1	19
		Contagem esperada	8,3	4,5	3,1	2,1	1,0	19,0
		% para CM	36,8%	10,5%	26,3%	21,1%	5,3%	100,0%
		% para Seg. Merc.	29,2%	15,4%	55,6%	66,7%	33,3%	34,5%
		% do Total	12,7%	3,6%	9,1%	7,3%	1,8%	34,5%
Residual	-1,3	-2,5	1,9	1,9	0,0	-		
Total	Contagem		13	9	6	3	55	
	Contagem esperada	24,0	13,0	9,0	6,0	3,0	55,0	
	% para Seg. Merc.	43,6%	23,6%	16,4%	10,9%	5,5%	100,0%	
	% within Seg_mer	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	% do Total	43,6%	23,6%	16,4%	10,9%	5,5%	100,0%	

Pearson Qui-Quadrado = 6,915 ($\alpha = 0,14 > 0,05$)

Pearson Qui-Quadrado por simulação de Monte Carlo – $p\text{-value} = 0,145 > 0,05$

Conforme a Tabela 3, sendo o $p\text{-value} = 0,145 > 0,05$ rejeita-se a H1– A correção monetária das demonstrações financeiras, para uso no processo decisório interno, depende do porte da empresa, ou seja, não há evidências estatisticamente significativas da ocorrência de correlação entre a prática de realização de ajustes contábeis para os efeitos da inflação, na amostra investigada, e o porte da empresa (micro, pequeno, médio, médio/grande ou de grande).

Na Tabela 4 têm-se informações das frequências observadas e esperadas, em valores absolutos e em percentagem por coluna e por linha, assim como, o resultado sumarizado do teste Qui-quadrado, realizado por Simulação de Monte Carlo, para a inferência da hipótese H2, de acordo com os dados descritos na Tabela 4, dentre os respondentes declararam que fazem ajustes contábeis para os efeitos da inflação, o segmento de serviços e industrial apresentaram taxa de respostas similares, 37,5% e 38,1%, respectivamente, o Comércio foi o segmento com menor proporção de respostas afirmativas (20%).

Tabela 4: Segmento de Mercado versus Correção Monetária

		Segmento de Mercado				
		Serviço	Comércio	Indústria	Total	
Ajuste efeito inflação	Não	Contagem	15	8	13	36
		Contagem Esperada	15,7	6,5	13,7	36,0
		% para CM	41,7%	22,2%	36,1%	100,0%
		% para Seg. Mer.	62,5%	80,0%	61,9%	65,5%
		% do Total	27,3%	14,5%	23,6%	65,5%
		Residual	-0,7	1,5	-0,7	-
	Sim	Contagem	9	2	8	19
		Contagem esperada	8,3	3,5	7,3	19,0
		% para CM	47,4%	10,5%	42,1%	100,0%
		% para Seg. Merc.	37,5%	20,0%	38,1%	34,5%
		% do Total	16,4%	3,6%	14,5%	34,5%
		Residual	0,7	-1,5	0,7	-
	Total	Contagem	24	10	21	55
		Contagem esperada	24,0	10,0	21,0	55,0
% para Seg. Merc.		43,6%	18,2%	38,2%	100,0%	
% within Seg_mer		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
% do Total		43,6%	18,2%	38,2%	100,0%	

Pearson Qui-Quadrado = 1,145 ($\alpha = 0,564 > 0,05$)

Pearson Qui-Quadrado por simulação de Monte Carlo – $p\text{-value} = 0,607 > 0,05$

Sendo o $p\text{-value} = 0,564 > 0,05$ rejeita-se a H2 – A correção monetária das demonstrações financeiras, para uso no processo decisório interno, depende do segmento de mercado da empresa, ou seja, para a amostra, não há evidências estatisticamente significativas que a prática de ajustes contábeis para os efeitos da inflação está correlacionada com o segmento de mercado dos respondentes.

O resultado sumarizado do teste Qui-quadrado, realizado por Simulação de Monte Carlo, para inferência da hipótese H3 está descrito na Tabela 5, assim como as informações das frequências observadas e esperadas, em valores absolutos e em percentagem, por coluna e por linha.

A análise das colunas descritas na Tabela 5 evidencia que, dentre os respondentes cuja contabilidade é realizada internamente, 58,8% declararam realizarem ajustes para o efeito da inflação, enquanto que para os que possuem a contabilidade elaborada por contador externo, a taxa de resposta afirmativa foi de 24,2% e para elaboração da contabilidade de forma mista, a taxa afirmativa foi ainda menor, 20%.

Tabela 5: Segmento de Mercado versus Correção Monetária

		Contabilidade			Total	
		de interna	de externa	de mista		
Ajuste efeito inflação	Não	Contagem	7	25	4	36
		Contagem Esperada	11,1	21,6	3,3	36,0
		% para CM	19,4%	69,4%	11,1%	100,0%
		% para Seg. Mer.	41,2%	75,8%	80,0%	65,5%
		% do Total	12,7%	45,5%	7,3%	65,5%
		Residual	-4,1	3,4	,7	-
	Sim	Contagem	10	8	1	19
		Contagem esperada	5,9	11,4	1,7	19,0
		% para CM	52,6%	42,1%	5,3%	100,0%
		% para Seg. Merc.	58,8%	24,2%	20,0%	34,5%
		% do Total	18,2%	14,5%	1,8%	34,5%
		Residual	4,1	-3,4	-0,7	-
	Total	Contagem	17,0	33,0	5,0	55,0
		Contagem esperada	30,9%	60,0%	9,1%	100,0%
% para Seg. Merc.		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
% within Seg_mer		30,9%	60,0%	9,1%	100,0%	
% do Total		17,0	33,0	5,0	55,0	

Pearson Qui-Quadrado = 6,449 ($\alpha = 0,04 < 0,05$)

Pearson Qui-Quadrado por simulação de Monte Carlo – $p\text{-value} = 0,04 < 0,05$

Sendo o $p\text{-value} = 0,004 < 0,05$ aceita-se H3 – A correção monetária das demonstrações financeiras, para uso no processo decisório interno, depende do local onde a contabilidade é realizada (interno, externo ou misto), ou seja, para a amostra, existe uma correlação estatisticamente significativa entre o local onde a contabilidade é realizada e a prática de correção monetária das demonstrações financeiras, para fins gerenciais.

Considerando-se que mais de 75% dos entrevistados declararam que a contabilidade é útil para os gestores, independentemente do porte, segmento de mercado e local onde a contabilidade é elaborada, que o porte impacta na terceirização da contabilidade, ou seja, quanto menor o porte, maior a taxa de utilização de contador externo, que a utilização das demonstrações financeiras para apoio ao processo decisório independe do local onde a contabilidade é elaborada ou do segmento de mercado, infere-se que das três variáveis analisadas, somente o porte da empresa impacta na decisão de terceirização dos serviços contábeis.

Embora não seja permitido realizar a Correção Monetária nas demonstrações financeiras destinadas aos usuários externos, 34,5% dos entrevistados declararam efetuar para fins gerenciais, o que condiz com a literatura sobre o tema (Fernandes et al., 2004; Salotti et al., 2006; Takamatsü; Lamounier, 2006; Melo et al., 2011), no entanto, ao investigar a relação entre a prática de realização de Correção Monetária e o porte, segmento de mercado e contabilidade, somente está última se mostrou significativa, e indica que, quando as informações são geradas internamente, maior é a propensão de emprego de práticas de correção monetária, porém, os dados não permitem inferir quais razões levam as empresas que possuem a contabilidade elaborada por contador externo ou de forma mista, a não praticarem tal ajuste.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve por objetivo investigar se o porte, segmento de mercado e local onde a contabilidade é elaborada interferem na decisão de corrigir monetariamente as demonstrações financeiras, bem como identificar quais dessas demonstrações são utilizadas com maior intensidade.

Questionados se a contabilidade é útil para os gestores (usuários internos) a maioria dos entrevistados ($\geq 75\%$) declararam concordar parcial ou totalmente com a questão. Adicionalmente, não foram encontradas correlações estatísticas significativas que vinculassem, na amostra, tal percepção às características organizacionais de porte, segmento de mercado e contabilidade.

No que se refere aos relatórios financeiros, 5% dos entrevistados declararam não utilizarem tais relatórios, os demais declararam utilizar uma combinação variada deles, no entanto, o Balanço Patrimonial, precedido da Demonstração de Resultado foram os que tiveram maior taxa de resposta. Quanto ao uso da DMPL e da DVA elas estão associadas à utilização do Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados. Ao correlacionar o uso das demonstrações financeiras com características das empresas, conclui-se que o Balanço Patrimonial é significativamente e positivamente correlacionado com o porte da empresa, ou seja, quanto maior o porte maior a utilização do Balanço e que quando a contabilidade é realizada internamente, há também uma propensão de maior utilização.

Em relação à atualização monetária das demonstrações financeiras, em consonância com Fernandes et al. (2004), Salotti et al. (2006), Takamatsü e Lamounier (2006), Melo et al. (2011) e Andrade, Sagantini e Silva (2011), dentre os entrevistados,

34,5% declararam realizar a correção monetária das demonstrações financeiras destinadas ao uso gerencial. Quanto à investigação se o porte, segmento de mercado ou contabilidade interferem em tal prática, somente a hipótese relacionada à contabilidade pôde ser confirmada. Conclui-se que, para a amostra, tal procedimento depende da contabilidade, ou seja, empresas cuja contabilidade é realizada internamente tendem a adotarem tal procedimento em maior grau, comparativamente as demais. Em termos proporcionais, 58,8% dos que possuem contabilidade interna responderam que fazem ajustes em suas demonstrações financeiras, contra 20% e 24,2% dos que elaboram a contabilidade de forma mista ou contador externo, respectivamente.

Futuros estudos poderiam investigar a questão de pesquisa em outros grupos de empresas. O número de variáveis contingenciais para correlacionar com a adoção da prática de correção monetária das demonstrações financeiras para uso interno pode ser ampliado, assim como, a realização de estudo de caso pode possibilitar uma melhor compreensão das razões que levam os gestores a adotar (ou não) tal prática.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. M. R.; SEGANTINI, G. T.; SILVA, J. D. G. Análise dos perfis dos artigos com estrato qualis CAPES sobre teoria dos ajustamentos contábeis do lucro. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 30, n. 3, p. 33-43, set./dez.2011.

BJORNENAK, T. Conventional wisdom and costing practices. **Management Accounting Research**. v. 8, p. 367-382, 1997.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES. **Porte de empresa**. Disponível em: <
http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Navegacao_Suplementar/Perfil/porte.htm
1>. Acesso em: 20 janeiro de 2012.

BRUNS, W. J.; WATERHOUSE, J. H. Budgetary control and organization structure, **Journal of Accounting Research**. v. 13,n. 2, p. 177-203, 1975.

CHENHALL, R. H. Management control systems design within its organizational context: findings from contingency-based research and directions for the future. **Accounting, Organizations and Society**. v. 28, i. 2-3, p. 137-168, feb./april. 2003.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento conceitual básico estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis**. Disponível em: http://www.cpc.org.br/pdf/pronunciamento_conceitual.pdf. **30 ABRIL. 2011**. Acesso em: 10 novembro de 2011.

DONALDSON, L. Teoria da contingência estrutural. In: CLEGG, S. R., HARDY, C. e NORD, W. R. **Handbook de estudos organizacionais**.São Paulo: Atlas, 1999.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (FIESC). **Desempenho e perspectiva da indústria catarinense**. 2010. Disponível em: <http://www.fiescnet.com.br>. Acesso em: 22 de novembro de 2011.

FERNANDES, L. P.; MARQUES, J. A. V. C.; CARNEIRO, J. C. C.; VIEIRA, C. D. A. Correção monetária das demonstrações financeiras: algumas conseqüências da não utilização de seus métodos de reconhecimento. **Contabilidade Vista & Revista**. Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 23 - 40, ago. 2004.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). **Índice geral de preços – IGP**. Disponível em: <http://www.portalbrasil.net/igp.htm>. **IGP 30 abril 2011**. Acesso em: 30 abril 2011.

GERDIN, J. Management accounting system design in manufacturing departments: an empirical investigation using a multiple contingencies approach. **Accounting, Organizations and Society**. v.30, p. 99-126, 2005.

GUERREIRO, R. ; PEREIRA, C. A. ; REZENDE, A. J. Em Busca do Entendimento da Formação dos Hábitos e das Rotinas da Contabilidade Gerencial - Um Estudo de Caso. RAM. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 78-101, 2006.

GORDON, L. A.; MILLER, D. A contingency framework for the design of accounting information systems. **Accounting, Organizations and Society**. v. 1, p. 59–69, 1976.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Demografia das empresas 2009**. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/cadastroempresa/2009/cempre2009.pdf>. Acesso em 14 de abril de 2011.

_____. **Estatística do cadastro central de empresas**. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/demografiaempresa/2009/comentarios.pdf>. Acesso em: 14 de abril de 2011.

_____. **População por cidade**. 2010. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/estimativa.shtm>. Acesso em: 14 de abril de 2011.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (IASB). **The conceptual framework for financial reporting**. IASB, September 2010. Disponível em:
<http://www.ifrs.org/NR/rdonlyres/6A6ABF86-D554-4A77-9A4A-E415E09726B6/0/CFFeedbackStmnt.pdf>. Acesso em: 12 novembro 2011.

_____. **IAS 29 Financial reporting in hyperinflationary economies**. 2009. Disponível em:
<http://www.iasb.org/NR/rdonlyres/E4AF1241-9DA9-41E8-8D4E-EB9B7D55EEDA/0/IAS29.pdf>. Acesso em: 20 de dezembro de 2011.

IPEADATA. **PIB Estadual a preços de mercado corrente**. Disponível em:
<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 14 de dezembro de 2011.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, R.; SANTOS, A. **Manual de contabilidade societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Teoria da contabilidade**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. MARTINS, E.; CARVALHO, L. N. Contabilidade: aspectos relevantes da epopéia de sua evolução. **Revista de Contabilidade & Finanças**. São Paulo, v. 16, n. 38, Ago. 2005

LAGE, A. C.; WEFFORT, E. F. J.. Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras. **In: Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras**. São Paulo: Atlas. 2009.

MAROCO, J. **Análise estatística utilizando SPSS**. 2. ed. Lisboa: Silabo, 2003.

MELO, S.; MARTINS, E.; NAGAI, C.; AMARAL, J. V. Catorze anos de demonstrações contábeis incompletas: um estudo em empresas de energia elétrica. In. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 11., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2011.

Merchant, K. A. Influences on departmental budgeting: an empirical examination of a contingency model. **Accounting, Organizations and Society**. v. 9, p. 291–307, 1984.

MERCHANT, K.. The design of the corporate budgeting system: influences on managerial behavior and performance. **The Accounting Review**. v. 4, p. 813–829, 1981.

MOLINARI, S. K. R.; GUERREIRO, R. **Teoria da contingência e contabilidade gerencial: um estudo de caso sobre o processo de mudança na controladoria do Banco do Brasil**. São Paulo: Congresso Universidade de São Paulo, 2004.

PEREIRA, R. P.; SÁ, P. M.; JORGE, S. M. A informação produzida pelos sistemas de contabilidade de custos nos hospitais públicos portugueses: características e lacunas. CONGRESSO AECA 2010. Disponível em: <

<http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:iQixYKFs0LkJ:scholar.google.com/+PE+REIRA> >. Acesso em: 19 de dezembro de 2011.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD) **Atlas do desenvolvimento humano no brasil**. Rio de Janeiro, PNUD, Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/tabelas/index.php>. Acesso em 30 de novembro de 2011.

ROSSETTI, P. J. **Introdução à economia**. 20 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

RUDIO, F. V. **Introdução ao processo de pesquisa científica**. Petrópolis: vozes. 1993.

SALLOTTI, B. M.; LIMA, G. A. S. F.; CORRAR, L. J.; YAMAMOTO, M. M. MALACRIDA, M. J. C. Um estudo empírico sobre o fim da correção monetária integral e seu impacto na análise das demonstrações contábeis: uma análise setorial. **UnB Contábil**. Brasília, v. 9, n. 2, Jul/Dez, 2006.

TAKAMATSÜ, R. T.; LAMOUNIER, W. M. A Importância da atualização monetária de valores para a análise das demonstrações financeiras. **Contabilidade Vista & Revista**. v. 17, n. 2, p. 67-87, abr./ jun. 2006.